

Marcando Passo: Historiografia e Patriotismo no 7º Encontro sobre a Guerra da Tríplice Aliança

Wagner Cardoso Jardim¹

A Guerra contra o Paraguai: uma batalha historiográfica?

A historiografia é também materialização da maneira de pensar e de ver o mundo de quem a produz. Ao se debruçar sobre um problema historiográfico, em forma mais ou menos explícita, mais ou menos conscientes, o historiador faz escolhas pessoais influenciadas por seus anseios político-sociais-ideológicos. A própria delimitação do problema, do espaço-tempo, a escolha da bibliografia, a seleção de fontes, etc. não são feitas de forma aleatórias e indeterminadas. Para não falar das opções metodológicas.

A pesquisa historiográfica deve atender necessariamente a critérios científicos. As determinações subjetivas, comumente fortes sobretudo quando da escolha do tema de investigação, não podem se espalhar para o tratamento das fontes e desenvolvimento das explicações, sob pena de se produzir uma pseudo-história, algo que se parece, apenas na forma, à historiografia. Sem uma real isenção, incorremos no perigo de condicionar as fontes e de encaixá-las aos pressupostos iniciais do estudo. Nesse processo, não raro, a pesquisa historiográfica pode assumir o sentido de uma verdadeira mistificação, devido ao seu caráter profundamente social.

No estudo de conflitos nacionais, artigos e livros *apaixonados* fogem à racionalidade historiográfica mínima. Algumas dessas narrativas, produtos de nacionalismo mais ou menos explícito, abordam a história, fenômeno *universal*, a partir de determinações *nacionais*. Muitas vezes, deificam protagonistas históricos, os heróis pátrios, quase esquecendo que analisam seres humanos, produtos da história. Não raro, esses trabalhos são de inspiração estatal, direta e indireta.

Uma Questão de Estado

No Brasil, sobretudo a partir dos anos finais da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai [1864-1870], produziu-se significativa produção de *intenção* historiográfica. Poucos temas como o grande conflito foram, por tanto tempo, verdadeiro *parking privado* da historiografia oficial. Aqueles sucessos foram abordado principalmente por militares, nas roupagens de historiadores, que privilegiaram em forma obsessiva os fatos bélicos. Pouca ou nenhuma atenção deu-se aos antecedentes; ao caráter das formações sociais envolvidas; às decorrências da guerra; aos projetos e movimentos das múltiplas classes, etc.

¹ Mestre em História pelo PPGH UPF; doutorando na mesma instituição. Professor da rede pública municipal de Uruguiana, RS.

Mesmo historiadores não vinculados ao Estado abordaram aqueles fatos elogiando em forma direta ou indireta a ação imperial brasileira. Em *Panorama do Segundo Império*, obra quase inaugural de Nelson Werneck Sodré, o autor propôs que a “Guerra do Paraguai” apressou “a evolução social [no Brasil], contribuindo para a elevação dos negros e para a aceleração do abolicionismo”.² Foi tese difundida, abraçada fortemente ainda hoje por não poucos historiadores, de que a Guerra contra o Paraguai deixou como grande legado a abolição da escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. Ela teria produzido igualmente um novo e mais progressista exército. Essa defesa de *benefícios* imediatos ou retardados da ação imperialista brasileira no arrasamento da nação paraguaia, após quase vinte anos do fim do terrível evento, não encontra respaldo documental.

A produção brasileira sobre o grande conflito platino, que se arrastou de 1863 a 1870, abrangendo a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, tem sido *classificada* de diversas formas: pelo período histórico em que foi produzida [Monarquia, República Velha, etc.]; pelo tema dominante [história diplomática, militar etc]. Mais recentemente, propôs-se cronologia tripartida: história tradicional; história revisionista; história acadêmica. Essa divisão sugeria que toda a historiografia revisionista não fosse acadêmica. Procurando *qualificar* esse movimento, definiu-se os três momentos historiográficos como “historiografia nacional-patriótica”, “historiografia revisionista” e “historiografia restauracionista”, ou seja, retorno *superlativo* ao momento fundacional.³ No relativo à historiografia da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o termo revisionismo refere-se ao processo historiográfico de contestação da visão oficial do conflito, produzido, sobretudo com o intuito de legitimar a ação dos exércitos aliancistas contra a República paraguaia. Esse revisionismo, produzido de forma crítica, com grande destaque para a historiadores marxista dos países envolvidos, não ocorreu simultaneamente. Trata-se de momentos distintos decorrentes da evolução de processos sócio-políticos nacionais que motivaram aquelas produções historiográficas.

Os Três Grandes Momentos Historiográficos

Durante e após o conflito, dominou no Brasil historiografia justificadora da ação imperial, que apresentou a guerra como motivada essencialmente pela ambição de Francisco Solano López. Tratava-se de mera retomada e ampliação das teses do Estado imperial e liberal-mitrista argentino durante o conflito. Essa historiografia, em boa parte obra de militares-historiadores, não raro veteranos da guerra, era dominada por claro viés-nacional patriótico. Definimos como militares-historiadores os oficiais que se dedicaram, sem maior reflexão metodológica, à produção

² SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.p.305.

³ MAESTRI, Mario. Guerra contra o Paraguai: história e historiografia Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). Em: MAESTRI, Mario. *A Guerra no Papel: História e Historiografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.p.231 *et.seq.*

historiográfica. Defendia-se as razões do Império como se defendera sua bandeira, durante o conflito.

A historiografia nacional-patriótica conheceu um ensaio de superação com a monumental *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, de 1934, em cinco tomos, do historiador-militar Augusto Tasso Fragoso. Concebido a partir de importante documentação, ela foi produzida no contexto da proposta da “história militar crítica”, de orientação positivista, que exigia comprovação documental dos fatos e fim às narrativas patrioteiras. Em seu primeiro volume, o autor realiza amplo e pertinente estudo dos antecedentes diplomáticos do conflito.

Os objetivos de produção de uma filosofia militar para o exército brasileiro limitaram essa importante *démarche* historiográfica, produzida no espaço da historiografia militar, ou seja, privilegiando os fatos bélicos. Procurando apoiar-se no respeito das fontes e dos preceitos historiográficos, Tasso Fragoso tinha “a pátria” e a defesa dos “interesses nacionais” como “princípio axiológico de base” da sua “epistemologia historiográfica”.

Tasso Fragoso circunscreveu os limites do *historiador-militar* que, mesmo com formação metodológica ou institucional, fracassa em elevar-se ao nível da produção historiográfica científica, ao condicionar sua análise às determinações do “patriotismo” e da defesa dos “interesses” nacionais. Produz leitura *nacional* de sucesso internacional, embutido no nacional o caráter e as contradição de classe que desconhece.⁴

O Fenômeno Chiavenato

Ainda há poucos anos, o primeiro e quase único contato que tive com o tema *Guerra do Paraguai* no curso de graduação em história foi durante aula sobre o Brasil Imperial, em que se apresentou e foi pedida leitura do livro *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, do Julio José Chiavenatto. Nunca mais retornamos ao tema. Nossa experiência deve ter sido igual a de muitos outros colegas. Em todos os sentidos, a obra de Chiavenatto, de 1979, fizera e fazia ainda *escola*.⁵

O que levou a tamanho sucesso e legitimação de *Genocídio Americano*? Publicada, no início da abertura “lenta, gradual e segura” da ditadura militar, a obra teve sucesso explosivo entre professores, estudantes e militantes, apesar do *boicot* da grande imprensa. Ela denunciava os malefícios do Estado brasileiro e das Forças Armadas no passado, em relação ao pequeno país, assim como a apologia patriótica da historiografia então hegemônica. Em verdade, ela também inspirou e foi instrumento da luta contra a ditadura.

⁴ MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso: as razões da Guerra da Tríplice Aliança. In: MAESTRI, *A Guerra no Papel*. op.cit. p. 83 *et seq.*

⁵ CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Escrita em linguagem fluente, a obra era a primeira publicação de inspiração revisionista, de imenso sucesso, sobre fato histórico tido como fundamental pelo Exército e pelo Estado nacional. O livro introduzia entre nós tentativa de abordagem da formação social paraguaia; apresentação da destruição geral do pequeno país; abandonava a prioridade da descrição dos sucessos militares, etc. Ele desconstruiu as narrativas hegemônicas da historiografia nacional-patriótica, praticamente uma questão de Estado no Brasil.⁶

As principais teses do autor inspiravam-se na historiografia *revisionista* paraguaia e argentina de caráter nacional-populista. Entre elas, destacava-se a proposta de que a Inglaterra propusera e financiara a guerra para destruir a República do Paraguai, nação autônoma, em acelerado processo de industrialização, uma quase antecipação da ordem socialista, teses criticadas, havia décadas, pela historiografia marxista platina sobre o conflito.

A Desconstrução do Genocídio Americano

A deslegitimação da obra de J.J. Chiavenato tornou-se uma operação literalmente estatal, que demorou-se décadas, apesar da fragilidade de muitas propostas e teses do autor, sem qualquer formação historiográfica institucional, nem pretensão, ao escrever o trabalho, de produzir obra de tal repercussão. Desde os anos 1950, a historiografia argentina marxista já apontara os despropósitos de proposta, entre outras, do Paraguai como nação industrializada e quase socialista e de guerra livrada por delegação da Inglaterra.⁷

A consolidação da desconstrução da visão de Chiavenato sobre o conflito deu-se através da negação das qualidades de seu trabalho, nos seus limites, e da reafirmação da superação ensaiada por aquele autor da historiografia nacional-patriótica. O trabalho que consolidou esse movimento foi *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai, de 2002, de Francisco Doratioto, recebido pela grande mídia como resposta cabal às propostas revisionistas dessacralizadoras da historiografia nacional-patriótica empreendidas pela reportagem jornalística de J.J. Chiavenato.⁸ Nesse trabalho de caráter acadêmico, o historiador Francisco Doratioto refina e atualiza as teses e propostas da historiografia nacional-patriótica tradicional: desconhecimento total da formação social paraguaia; justificação permanente das *razões* do Estado imperial; responsabilização de Francisco Solano López pelo conflito, etc.

⁶ Cf. QUEIRÓZ, Silvânia. *A Revisando a Revisão: Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: FCM, 2014. 330 pp.

⁷ Cf. PEÑA, Milciades. *La era de Mitre: de Caseros a la guerra de la triple infamia (1850-1870)*. Buenos Aires: Fichas, 1975. 106 pp.; RIVERA, Enrique. *José Hernández y la guerra del Paraguay*. Buenos Aires: e Colihue, 2007. 96 pp.

⁸ DORATIOTTO, Francisco F. Monte Oliva. *Maldita guerra*. Nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 pp.

Devido ao retorno qualificado às origens nacional-patriótica, o historiador Mário Maestri qualificou esse trabalho, como vimos, de “restauração historiográfica”, proposta que supõe a necessidade de esforço em prol da superação do impasse historiográfico proposto por Francisco Doratioto. Em verdade, a restrição da historiografia revisionista sobre a guerra da Tríplice Aliança no Brasil ao trabalho de Chiavenato fez parte de espécie de conspiração de silêncio sobre trabalhos acadêmicos que contribuíram, antes e após o livro de Chiavenato, em forma direta e indireta, à superação da historiografia nacional-chauvinista.⁹

Nos últimos anos, outros importantes trabalhos acadêmicos apontam no mesmo sentido, ou seja, leitura em um viés científico dos sucessos da Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai. O esforço empreendido pelo grupo do Programa de Pós-Graduação em História da UPF que investiga aqueles sucessos se compreende como parte desse movimento.¹⁰

Os Encontros sobre a Guerra da Tríplice Aliança

Em 10-12 de setembro de 2015, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, ocorreu a sétima edição do “Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança”. Promovido pela primeira vez em 2009, em Paso de Los Libres, Argentina, o evento tinha como objetivo discutir a batalha de Yataí (17/8/1865), primeira grande derrota paraguaia naquele conflito. Inicialmente, o encontro, de caráter celebrativo, esteve distante de produzir conhecimento historiográfico de cunho científico. Um dos objetivos iniciais do evento era reunir historiadores, estudantes e interessados pela história, em especial pela Guerra contra o Paraguai.

Os eventos surgiram do esforço de argentinos que se dedicaram a estudar, em geral, a Guerra contra o Paraguai e, especificamente, a batalha de Yataí. Com parcos auxílios oficiais, que inicialmente se resumiam à cedência de locais para as

⁹ Cf. por exemplo, os trabalhos de: MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant: Esboço de uma apreciação sintética de vida e da obra do fundador de República brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. [1892]; SILVA, Raul de Andrada e. [1905-1991]. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Ed Universidade de São Paulo, 1978; BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo Brasileiro: O Papel do Brasil na Bacia do Prata. Da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985; SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte. Os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ ADESA, 1996; SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996; COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec-Unicamp, 1996; SILVEIRA, Mauro César. *A Adesão fatal: A participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: PUC, 2003.

¹⁰ Cf. TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: A expedição naval do Império do Brasil a Assunção*. Passo Fundo, Méritos, 2012; QUEIRÓZ, *Revisando a Revisão...*, op.cit.; JARDIM, Wagner Cardoso. *Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana*. Porto Alegre: FCM, 2015; MAESTRI, *A guerra no papel*. op.cit.; MAESTRI, Mario. *Paraguai: A República Camponesa (1810-1865)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2015; MAESTRI, Mário. *Mar del Plata: dominação e autonomia no sul da América. Argentina, Brasil, Uruguai. (1810-1864)*. Porto Alegre: FCM, 2016.

palestras e ônibus para conduzir os participantes ao campo de batalha, os organizadores contavam com a participação gratuita de palestrantes e interessados. Aos poucos, os eventos tomaram maiores proporções e começaram a contar com participantes dos quatro países envolvidos no conflito de 1865.

Desde Paso de Los Libres, promoveram-se seis outros encontros anuais, sucessivamente, em Assunção (Paraguai), Campo Grande (Brasil), Corrientes (Argentina), Montevideo (Uruguai), Assunção (Paraguai). O evento, que ocorria em cidades de grande porte, em 2015, foi deslocado para a semi-isolada cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, para comemorar os 150 anos da ocupação e a seguir rendição do exército paraguaio naquela cidade, em 18 de setembro de 1865, durante a primeira fase da *Guerra Grande*.

Passo a Passo

O grupo inicial passou a contar com o apoio na organização da associação cultural Manduarã do Paraguai. Ampliou-se o leque de possibilidades e realizaram em outras cidades o evento. Apesar de não existir uma associação responsável, nem um comitê científico que regulasse as produções e apresentações, os grupos locais que desejam realizá-lo se reportam aos precursores para solicitar a realização em suas cidades. Cada cidade-sede organiza o evento com as condições que dispõe. Assim, quem se propõe a realizá-lo, geralmente com o apoio das prefeituras, se responsabiliza por angariar fundos, conseguir apoiadores, etc. Os pioneiros daquele evento figuram também como organizadores.

A princípio, uma das exigências do grupo original foi que o nome “Encontro Internacional de História sobre a Guerra da Tríplice Aliança” fosse preservado. No entanto, em Uruguaiana, isso não ocorreu, dando-se o nome de “Encontro Internacional de História sobre as operações bélicas na Guerra da Tríplice Aliança”. O que pode ter contribuído, por um lado, para que os trabalhos apresentados fossem majoritariamente de cunho militar e, por outro, a forte hegemonia castrense sobre o evento.

Em geral, o comando dos exércitos de terra dos países-sede contribuíram na logística e na organização dos encontros, o que ensejou a presença de grande número de *militares-historiadores*. A contribuição dos militares, que dominam a *técnica* da guerra, foi sempre um dos handicaps positivos nesses encontros, já que fornecem uma informação e um olhar imprescindível para a melhor compreensão dos fatos bélicos.

No entanto, para a qualificação historiográfica dos eventos, é essencial o respeito da historiografia como ciência. A historiografia *reconstrói* analiticamente o passado, a partir das visões epistemológicas dos historiadores. Ao contrário dos memorialistas e historiadores aficionados, o historiador serve-se necessariamente do método, da teoria, de hipóteses e da verificação, na análise da documentação, para produzir seu saber, com pretensão à cientificidade.

2015: o Encontro da *Retomada* de Uruguiana

Em Uruguiana, durante 10-12 de setembro de 2015, participaram palestrantes, comunicadores e assistentes, sobretudo dos quatro países envolvidos no conflito. Oficiais do Exército do Brasil ocuparam-se de grande parte da organização do encontro. Dominou a preocupação em apresentar aos cerca de quatrocentos participantes um verdadeiro *espetáculo* celebrativo do sesquicentenário da *retomada* da hoje cidade de Uruguiana.

O sítio criado para as inscrições foi simples, informativo, de fácil navegação e, as inscrições, gratuitas. O encontro dividiu-se em abertura, conferência inaugural, comunicações e encerramento. Entre as sessões de comunicação, foram apresentados espetáculos artísticos. No sábado, visitou-se o teatro das operações bélicas de 1865, inevitavelmente bastante transformado. Livreiros e autores expuseram publicações históricas.

Chamou bastante à atenção a forma como os organizadores dividiram e identificaram cada seção das apresentações, em clara demonstração de patriotismo, de hierarquização e de apriorismo historiográfico. Após a conferência inaugural, o evento teve seis mesas de discussões, cada uma com três apresentações/comunicações chamadas de palestras. Uma das apresentações, de historiador-militar brasileiro, ocorrida no primeiro dia do evento, não constava do cronograma oficial. Assim foram dezenove apresentações orais.

Esqueceram a *Mariscal*!

As mesas que seriam para debate entre os apresentadores e o público receberam os nomes dos chefes de Estado dos países da Tríplíce Aliança da época e dispensaram qualquer discussão. Assim, a Mesa Um foi denominada “dom Pedro II”; a Mesa Dois, de “Bartolomé Mitre”; a Mesa Três, de “Venâncio Flores”. Solano López, estranhamente, ficou sem mesa, pois a quarta, recebeu o nome da cidade sede do evento que “comemorava” a *rendição dos paraguaios* – Uruguiana. As duas mesas restantes não foram nominadas, apenas numeradas.

Por além do facciosismo historiográfico nessa já esdrúxula denominação das mesas, registre-se a indelicadeza para os historiadores paraguaios presentes, que se destacaram, em todos os eventos promovidos no seu país, pela gentileza e fineza na recepção dos colegas brasileiros, argentinos e uruguaios. Fica aqui nosso pedido de desculpa aos mesmos.

Também o critério ideológico do aceite e da apresentação dos trabalhos e a forma e conteúdo de boa parte das apresentações artísticas destoaram da excelente organização. O encontro de Uruguiana marcou indiscutivelmente um claro retrocesso em relação aos eventos anteriores, animados de um esforço que esboçou a procura de superação do ranço nacionalista e, em forma mais tênue, a vontade de construir uma história geral e supra-nacional da guerra.

Francisco Doratioto: A Versão Oficial do Conflito

A conferência inicial foi proferida pelo historiador Francisco Doratioto que produziu, como vimos, versão tida como quase oficial, por parte do Estado e do próprio Exército Nacional, da Guerra da Tríplice Aliança.¹¹ Durante uma hora e meia, Doratioto tratou o tema “O porque da Guerra, o porque não da Paz”. Em abordagem *pragmática*, típica de historiadores das relações internacionais, esforçou-se para que a plateia, composta por muitos leigos, compreendesse sua versão sobre aquele conflito. Ao igual que sua obra magna, defendeu que a maior parte da responsabilidade do conflito deveu-se a Solano López e à República do Paraguai. Não houve abordagem sistemática dos antecedentes daquele conflito.

Com a clareza e simpatia que o caracteriza, Doratioto apresentou os pressupostos teóricos que teriam influenciado Solano López. Para ele, a guerra expressou o desejo do governo paraguaio de construir um novo *equilíbrio político* no meridão da América do Sul. Não se abordou, igualmente, o tradicional movimento expansionista do Império do Brasil na Bacia do Prata, sobretudo em relação à República do Uruguai.

O conceito “Equilíbrio de Forças”, destacado pelo palestrante como provável embasamento teórico da ação paraguaia, teria sido recolhido, segundo aquele autor, do estrategista militar barão Antoine-Henri Jomini [1779-1869]. Para Doratioto, Solano López teve acesso àquela obra, baseando nela seu agir na complexa situação diplomático-militar platina. Uma hipótese, temerária, para a qual não foi assinalado apoio documental.

Os Fatos e os Conceitos

O conceito de “equilíbrio de forças”, presente na documentação diplomática paraguaia pré-guerra, deve ser compreendido à luz da história das relações internacionais da República do Paraguai, pressionada pelas grandes nações do Plata - Império do Brasil e Argentina- desde sua independência, em 1811.¹² Em 1813, quando da revolução popular-nacional paraguaia capitaneada por José Gaspar de Francia, já imperava a ideia da autonomia diante das pretensões do Império do Brasil e de Buenos Aires.¹³

Retomando a visão do Estado imperial, para Doratioto, a invasão da República do Uruguai pelo Império, em outubro de 1864, para depor o governo legal oriental, em aliança com Venâncio Flores, não representou ameaça à soberania oriental e, tampouco, à República do Paraguai. Entretanto, após a invasão, o Uruguai retornou, por anos, a situação de Estado tributário do Império. O próprio Uruguai

¹¹ Cf. por exemplo: PEDROSA, J. F. Maya. *A catástrofe dos erros*. Razões e emoções na guerra contra o Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 320 pp.

¹² VILABOY, Sergio Guerra. *Paraguay: de la independencia a la dominación imperialista 1811-1870*. Habana: ciencias Sociales, 1984. p.48-54; WHITE, Richard Alan. *La Primera Revolucion Popular en America: Paraguay (1810-1840)* – Asunción: Carlos Schauman, 1989. p.65.

¹³ MAESTRI, *Paraguai: A República Camponesa...*, op.cit. p.93 *et seq.*

combateu o país que havia chamado em sua defesa, em prova da subserviência do então ditador Venancio Flores.

Por sua vez, a exteriorização mercantil promovida por Carlos Antonio e Solano López, após o governo francista, dependia do porto de Montevideo, já que o de Buenos Aires encontrava-se em mãos hostis.¹⁴ O governo paraguaio considerou *causus belli* a violação do território uruguaio pelo Império do Brasil e Argentina mitrista que, nos fatos, precedia a subalternização daquele país, pelos dois grandes vizinhos então aliados.¹⁵

Apenas em 14 de novembro de 1864, praticamente um mês após o início da invasão da República do Uruguai pelo Império, sem declaração de guerra, a seguir de diversas admoestações enviadas ao governo imperial, o governo paraguaio ordenou o apresamento do vapor marquês de Olinda e declarou rotas as relações com o Império.¹⁶ A demora em agir, que teve importância na derrota do governo uruguaio, registrou a resistência do governo paraguaio em declarar guerra ao Império.¹⁷

Nenhuma Decorrencia

Para Doratioto, retomando outra tese do Estado imperial, a invasão da República do Uruguai foi circunstancial, não representando o fator principal na ruptura das relações entre os países do Prata. Em verdade, não há qualquer dúvida que o governo imperial sabia que motivaria a guerra com o Paraguai, ao invadir o Uruguai, tanto que se preparou, com antecedência, para a resposta paraguaia. Sobre esse desconhecimento, a documentação é cabal e desconhecer-la é torcer a história em favor das teses perseguidas.

A partir da proposta da não determinação da guerra da Tríplice Aliança pela invasão imperial do Uruguai, foi apresentado o apresamento do navio imperial, em águas paraguaias, como o marco inicial do conflito. Um pouco como se tal ação tivesse sido uma provocação gratuita, e não a continuação lógica das diversas advertências paraguaias. Assim, o Império do Brasil, de *nação agressora* passou à *nação agredida*, tese fundamental da historiografia nacional-patriótica brasileira.

Aquela proposta desconsiderava também o esforço político-diplomático paraguaio em evitar o conflito, ignorado pela diplomacia imperial e mitrista.¹⁸ Doratioto ignora o panorama socioeconômico regional e as pretensões hegemônicas do Império do Brasil e da Argentina liberal-unitária, como fatores preponderantes na

¹⁴ ANDRADA E SILVA, *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai...*, op. cit. p.29.

¹⁵ HERRERA, Luis Alberto de. *El drama del 65. La culpa mitrista*. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1927. p.13.

¹⁶ MAESTRI, Mário. O plano de Guerra paraguaio em uma Guerra Assimétrica. In: MAESTRI, *A Guerra no Papel*, op. cit. p.117-8.

¹⁷ JARDIM, *Longe da Pátria*, op.cit, p.176.

¹⁸ CHAVES, Julio Cesar. *Cartas y proclamas de Francisco Solano López*. Asunción: El Lector, 1996.p.106.

eclosão do conflito. Apresenta como responsável pelo mesmo, sobretudo o *déspota* paraguaio, em continuação da retórica imperial, quando e após a guerra, em rústica *personalização* dos sucessos históricos. Qualquer coisa como, se López tivesse tropeçado, batido a cabeça e morrido, não teríamos tido aquela guerra!

Na parte final de sua sempre interessante conferência, o palestrante relatou momentos críticos do conflito, quando os beligerantes perderam as oportunidades de concretizar acordos de paz, responsabilizando em particular, sempre, sobretudo a Francisco Solano López, outra tese tradicional da diplomacia e da publicística imperial. Pouca atenção foi dada ao veto peremptório de dom Pedro a qualquer interrupção do conflito que não fosse pela morte ou pela fuga de Solano López do país, contra o qual o próprio marquês de Caxias se revoltou, dando por encerrada a guerra e abandonando o Paraguai, sem qualquer licença do governo imperial.

Comunicações: Historiografia versus Patriotismo

A partir da análise dos trabalhos publicados nos anais do 7º encontro internacional sobre a Guerra da Tríplice Aliança, é possível apreciar a orientação historiográfica dos participantes. É necessário, no entanto, reconhecer que o evento em questão não representa a forma de pensar de seus partícipes, ainda que se possa reconhecer que a organização do evento, a partir de suas escolhas e método de seleção de trabalhos, tenha deixado claro como compreende aquele conflito.

Eventos historiográficos que reúnem historiadores de diversas vertentes de pensamento são importantíssimos para enriquecer os debates e contribuir para a compreensão dos fenômenos sócio-históricos discutidos. O encontro em Uruguaiana contou com a participação maciça de militares-historiadores, ou seja, em militares que escrevem sobre a história, e historiadores-militares, militares com formação historiográfica que não superam, como vimos o viés nacional em suas interpretações. Essa importante participação se refletiu no conteúdo dos trabalhos apresentados.

A história enquanto ciência não pode ficar refém do patriotismo, sob pena de as produções historiográficas, sobretudo as que se referem a assuntos militares, caíam em descrédito, antes e sobretudo após ultrapassarem as fronteiras nacionais. Conforme nos referimos, é necessário um tratamento epistemológico pelo pesquisador do objeto de pesquisa para que as paixões não interfiram nos resultados da investigação.

Um exemplo, em nível da expressão verbal, do *patriotismo* interferindo no processo de reconstrução histórica, foi *flagrado* quando do *Encuentro Internacional*, de outubro de 2010, em Assunção. Durante aquele evento, militares-historiadores brasileiros referiam-se aos paraguaios do século 19, que lutaram na Guerra Grande,

como os “nossos inimigos”. Ou seja, seguiam combatendo, como historiadores *fardados*, os combatentes paraguaios do passado já longínquo!¹⁹

A Farda e o Fardão

Dos 33 trabalhos acolhidos no encontro, os organizadores selecionaram apenas **dezenove** para as apresentações orais, segundo critérios não bem esclarecidos. Os demais foram apenas publicados nos anais. O que gerou desconforto entre pesquisadores que não puderam apresentar suas pesquisas oralmente. Dos trabalhos escolhidos para apresentação oral, oito foram apresentados por *militares* e onze por *civis*, muitos destes últimos ligados às forças armadas de seus países. Dominou claramente uma historiografia *castrense* do conflito, de clara inspiração *patriótica*.

Lemos os textos apresentados oralmente e os apenas publicados. Lamentavelmente, não tivemos acesso às propostas rejeitadas. Alguns textos recusados para discussão oral enriqueceriam certamente o debate e a historiografia. O que não podemos dizer de diversas comunicações selecionadas para serem apresentadas publicamente no evento.

Foram apresentadas algumas leituras críticas de aspectos sociais, políticos e econômicos do conflito. Entretanto, os temas estritamente bélicos dominaram. Dos nove textos enviados da Argentina, cinco foram apresentados. Dos dezoito textos *brasileiros*, apenas oito foram discutidos pelo público. Uma das comunicações apresentadas não consta nos anais. Os inúmeros paraguaios que vieram ao encontro propuseram apenas quatro textos, todos selecionados. As duas comunicações uruguaias foram apresentadas.

Os textos publicados nos anais podem ser classificados em quatro grandes categorias: de caráter nacional-chauvinista, em geral, apresentando visão militar pró-nacional e desprezando e desqualificando “inimigo”; de “historiografia militar crítica”, mais complexos, que procuram distanciar-se dos eventos, mas não superam as *visões nacionais*; leituras militar-técnicas de assuntos de ordem tático-estratégica [manobras, tipos de armas, procedimentos militares, etc.] E por fim, textos historiográficos críticos sobre diversos aspectos da questão, produzidos por historiadores profissionais e não profissionais.

Corrientes em Disputa

Dos cinco textos *argentinos* apresentados, enquadraríamos três como trabalhos historiográficos e um como historiografia nacional-chauvinista. Não foi possível ler um dos textos, por questões técnicas. Dos quatro artigos apenas publicados, três eram de viés nacional-chauvinista e um apresentava apenas tópicos de trabalho.

¹⁹MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso: as razões da Guerra da Tríplice Aliança. In: MAESTRI, *A Guerra no Papel*, op.cit. p.90.

Quanto aos textos argentinos apresentados, destacaríamos “Consecuencias y debates por la toma a la ciudad de Corrientes por las tropas aliadas”, de Dardo Ramírez Braschi. No texto, o autor trata de forma crítica a conquista da cidade de Corrientes pelos paraguaios, buscando distanciar-se do discurso anti-paraguaio rasteiro. Apoiado em amplo corpo documental, disserta sobre a batalha e as consequências da permanência aliancista na cidade após a reconquista definitiva. Aborda as razões da opção de correntinos pró-paraguaios e as sequelas que conheceram após o conflito.

Dos oito textos brasileiros apresentados, três possuíam caráter militar-técnico; três, nacional-chauvinista e apenas um de historiografia crítica. Um dos trabalhos relacionados no programa oficial não constou nos anais do evento - “Uruguiana nos acervos do arquivo histórico do Exército: possibilidades de pesquisa”, do tenente Álvaro Luiz dos Santos. Ou seja, no relativo ao Brasil, imperou a *narrativa castrense*. No relativo à historiografia analítica, tratou-se de um verdadeira restauração da historiografia nacional-patriótica.

Dentre, os trabalhos de caráter técnico, destacaríamos “As fortificações do Rio Grande do Sul e Uruguiana na Guerra do Paraguai”. Nele, Adler Homero Fonseca de Castro apresenta as defesas militares rio-grandenses quando do conflito e explora criticamente a construção do “forte Caxias”, em Uruguiana, anterior à guerra, contra ataques fluviais. Lembra que, depois de recuperada, Uruguiana serviu de centro de mobilização das forças do Rio Grande para a continuação da guerra.

Os Torpedos Paraguaios

Outros textos *brasileiros* não selecionados comportavam importantes abordagens sobre o conflito. Entre eles, destacamos a valiosa análise “O Rio de Janeiro vai a pique: os torpedos na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai”, de Aldeir Isael Faxina Barros, autor, salvo engano, sem formação acadêmica. Ele aborda o uso de torpedos pelo exército paraguaio. Apoiado em bibliografia pertinente, disserta sobre o ânimo dos tripulantes da armada imperial atacados por aqueles engenhos.²⁰

O texto descreve em detalhes o afundamento do encouraçado imperial “Rio de Janeiro”, em setembro de 1866, por torpedos, e a eventual responsabilidade do comandante da belonave pela manobra que levou à sua morte e à de três oficiais e 47 marujos. O texto aborda questões pouco iluminadas pela historiografia tradicional da Armada, como a desobediência de ordens, as diferenças político-partidárias dos oficiais, etc. Em verdade, a história da ação - ou da inação - da marinha de guerra imperial naquele conflito espera ainda ser escrita.

²⁰ MOTA, Artur Silveira da. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1982. 198pp.

Os comunicadores paraguaios trouxeram dois textos de história militar-técnica e dois textos de crítica historiográfica. Importante contribuição foi apresentada por Eduardo Nakayama, advogado e mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo. Em “La Guerra de la Triple Alianza: discusión historiográfica y política” discute criticamente a disputa pela “verdade” histórica na produção historiográfica dos países envolvidos pela guerra.

“Apuntes sobre las unidades paraguayas presentes en Acosta-Ñu el 16 de agosto de 1869”, do reconhecido historiador militar oriental Alberto del Pino Menck, aborda em forma detalhada a organização dos batalhões - nomes, graduações, números de batalhões, etc. Em “Un futuro presidente oriental presente en Uruguayana, teniente Lorenzo Latorre”, o tenente oriental Pablo Valdez relatou, em forma cronológica e áulica, a participação do referido militar naquele embate.

A cultura rio-grandense: entre a homofobia e o tradicionalismo

Nos encontros, durante os intervalos das palestras e comunicações, são feitas apresentações culturais. Em edições anteriores, foram recriados lugares, armas, roupas e alimentação dos combates e acampamentos. No Uruguai, tivemos uma magnífica encenação de confronto militar, por parte de tropas orientais. As apresentações culturais pretendem entreter e informar o público, apresentando a cultura local e regional, do presente e do passado.

Em Uruguiana, os organizadores optaram por encenar apresentações de CTGs e de música tradicionalista, avançadas como expressão superior da cultura sul-rio-grandense. Na conclusão do evento, a atual campeã das escolas de samba da cidade realizou apresentação, parte do esforço da municipalidade de consolidar cultura carnavalesca local. Esforço eventualmente meritório, mas indiscutivelmente deslocado.

Não precisa ser militante da causa LGBT para saber o contraproducente de expor apresentação de figurante gay estereotipado, mesmo em um espaço indiscutivelmente artístico, em um local impróprio, já que composto por forte presença de espectadores esperadamente conservadores e hostis, que esvaziaram o teatro, em orgulhosa - ainda que triste - demonstração de seus preconceitos, no geral, e homofóbicos, no particular.

O Rio Grande do Sul conheceu *ressignificação* de cunho ideológico de uma de suas categorias sociais fundadoras, o gaúcho. No passado, apontado pelos fazendeiros como “vilão”, foi elevado à condição de herói regional, pelos ideólogos sulinos, em estranha re-apresentação do estancieiro nas roupagens do gaúcho. Para os adeptos e ideólogos do “tradicionalismo”, o povo rio-grandense, simbolizado no gaúcho, destaca-se por seu caráter viril, guerreiro, indômito. Enterra-se sob essa narrativa ideológica a triste história de um trabalhador pastoril mantido eternamente à margem da propriedade da terra que frutificou. O culto ao gauchismo é ação permanente das autoridades políticas e administrativas do Rio Grande do Sul, que o usam como forma de construção de consenso social alienado.

No Sétimo Encontro Internacional de Uruguiana, predominou nas apresentações culturais, a celebração pelos artistas das proezas fantásticas e fantasiosas do *gaúcho imaginado*, largamente questionadas pela historiografia regional. O evento ocorreu em setembro, mês em que os tradicionalistas comemoram o “dia do gaúcho” - 20 de setembro. Nessas apresentações, destacou-se o cantor de grupo tradicionalista, que intercalou as canções com saudações à “justa” reconquista da cidade das mãos do inimigo paraguaio. Ao som da gaita, berrava seu amor ao “torrão gaúcho” violado pelo exército invasor, retomado pela união das forças das três nações aliadas! A festejar, apenas a ausência do grupo paraguaio, quando da explosão de regionalismo e patriotismo rasteiros do artista. Nas *atividades culturais*, o conflito em questão foi, definitivamente, o grande ausente.

Conclusão

Como jamais, as novas tecnologias aproximam os pesquisadores das fontes. Muito material antes depositado em arquivos e bibliotecas de difícil acesso estão disponibilizados em meio digital de fácil manuseio, acessível de qualquer ponto do território nacional ou exterior. Hoje a abundância de fonte, mais do que a escassez, coloca problemas de eleição aos estudiosos. Porém, ao mesmo tempo em que os arquivos e bibliotecas se aproximam do pesquisador, seus objetos de análise, recortes e, sobretudo visões epistemológicas o distanciam da compreensão global do processo histórico.

A historiografia, como ferramenta de compreensão-transformação do mundo é reflexo da própria sociedade, que, atualmente, não consegue *compreender* os problemas que vivencia e, muito menos, como superá-los, devido à crise de valores éticos, morais, humanísticos, determinada pela crise histórica do mundo do trabalho.

Compreender um processo histórico vai muito além de conhecer os personagens, os fatos, as datas e encadená-los em uma ordem crível. Antes de tudo, é preciso compreender o objeto de pesquisa em seu contexto e a partir de suas determinações profundas. Sobretudo, é fundamental aproximar-se da totalidade histórica, através da apropriação empírica e epistemológica.

Em eventos de diversa natureza, sobretudo quando os pesquisadores não se servem de metodologia científica adequada para empreender análise do passado, é comum nos depararmos com situações dramáticas do ponto de vista historiográfico. Comumente domina a incompreensão dos problemas a serem resolvidos e apresentação linear, cronológica, finalista e ideológica dos sucessos passados. Também não são raras as apresentações de trabalhos de cunho científico, com problemas, hipóteses, fontes, resoluções, sem que contribuam para a compreensão do processo histórico global, no prosaísmo e superficialidade de suas demarches. Tratam-se mais de análises para servem *vista*, para *entreter*, do que para *compreender*. Vem perdendo espaço a historiografia crítica, preocupada com a compreensão e explicação da totalidade dos processos históricos, nas suas contradições fundamentais, e não apenas construídas para apresentação e publicação

momentânea em evento historiográfico. Mais e mais, presenciamos a construção de uma verdadeira historiografia *fast food*.

Após sete anos, os encontros internacionais sobre a Guerra da Tríplice Aliança consolidaram-se, contribuindo ao estudo e ao debate daqueles sucessos, através da aproximação de militares-historiadores, historiadores-militares, historiadores-aficionados, historiadores não graduados e historiadores graduados. Os sucessivos encontros registraram um indiscutível movimento em direção da historiografia científica e do abandono das posições nacional-patrióticas, com destaque para as extremadas. Uma evolução que justificou plenamente aquela convivência.

Naqueles eventos, mais e mais, dominou a preocupação em pensar a guerra para além das visões nacionalistas, chauvinistas, abrindo espaço e incentivando a participação científica, acadêmica e não acadêmica, capaz de agregar novas e mais refinadas visões sobre os mais diversos aspectos do conflito. Tem sido claro, igualmente, o esforço em melhorar a rigorosidade de critérios de seleção das apresentações, para evitar trabalhos pseudocientíficos, e privilegiando um debate profissional.

À margem de suas indiscutíveis contribuições, o Sétimo Encontro em Uruguaiana, de 10-12 de setembro de 2015, constituiu momento regressivo, em que dominou, não raro, a produção historiográfica amadora e patriótica, em verdade, quase fardada. Em certos momentos, foram abismais as disparidades entre o conteúdo das apresentações de uma mesma mesa. A parte cultural do evento constituiu, em linguagem bélica, um verdadeiro “tiro no pé”.

Nos próximos encontros, os organizadores deverão utilizar filtros mais rígidos, a partir de conformação de comitê científico qualificado, se quiserem retomar a curva ascendente de qualidade dos passados eventos. No mesmo sentido, devem compreender a importância dos eventos culturais, compreendendo-os também como momento de formação e informação e não de entretenimento alienado e alienante.

Artigo recebido em 27.9.2015

Aprovado em 4.11.2015